



Desenhando linhas imaginárias da agroecologia na RMBH - conexões, complexidades territoriais e produção de conhecimento no planejamento metropolitano

Designing imaginary lines of agroecology in RMBH - connections, territorial complexities and knowledge production in metropolitan planning

ALENCAR, Victor¹; MELGAÇO, Luísa²; COSTA, Heloisa³; NARDINI, Patricia⁴; ALMEIDA, Daniela⁵

1, 2, 3, 4, 5 AUÊ! - Grupo de Estudos em Agricultura Urbana, Universidade Federal de Minas Gerais; victoralencar.aue@gmail.com; melgaco.luisa@gmail.com; heloisasmcosta@gmail.com; patriciacnardini@gmail.com; daniadil.aue@gmail.com

Eixo temático: Agriculturas Urbana e Periurbana

Resumo: Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a trajetória de planejamento metropolitano aliada a pesquisas na universidade vem permitindo a investigação e proposição das temáticas agrária, rural e agrícola no planejamento, visando maior integração entre rural e urbano - a partir de uma abordagem não dicotômica do espaço e das dinâmicas sociais, assim como promover o fortalecimento da agroecologia. O objetivo deste trabalho é compartilhar essa experiência na qual linhas traçadas no papel interferem na ocupação do território, e instigar reflexões a partir de três dimensões: conexões possíveis no campo da institucionalidade, linhas imaginárias e as complexidades territoriais, e produção de conhecimento.

Palavras-chave: planejamento metropolitano; agriculturas; agroecologia.

Keywords: metropolitan planning; agriculture; agroecology.

Introdução

O planejamento urbano, como campo de atuação e de pesquisa, surge associado à busca de respostas para os problemas das cidades e, até recentemente, à crença em soluções apenas pelo conhecimento técnico e científico. Desde 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade, lei nº10.257, o Plano Diretor é o instrumento básico para o planejamento municipal (BRASIL, 2001), sendo sua elaboração obrigatória para municípios que atendem critérios definidos por esta legislação. Em 2015, com a aprovação do Estatuto da Metrópole, pela lei nº 13.089/15, o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado para regiões metropolitanas se torna obrigatório, trazendo uma “nova” escala na disputa política pelo espaço (ALMEIDA, 2016).

Tradicionalmente, o planejamento atua pouco sobre os campos rural e agrário. Mesmo que o Estatuto da Cidade estabeleça que “o plano diretor deverá englobar o território do município como um todo” (BRASIL, 2001, p. 33), existem poucas experiências brasileiras que incorporam as zonas rurais em seu planejamento e evidenciam a complexidade das dinâmicas que acontecem nessas zonas, como o uso agrícola, a presença de áreas de interesse ambiental, de loteamentos em forma de condomínios,



visões reproduzem generalizações e simplificações que não consideram as especificidades dos municípios; a diversidade de experiências e práticas agrícolas; o papel da produção local para o abastecimento regional; e invisibilizam formas de produção agrícola mais sustentáveis (Tupy *et al.*, 2015). Por outro lado, a diversidade das agriculturas - tais como uma diversidade de sujeitos que têm pautado preceitos e valores da agroecologia - e um rico conjunto de conformações socioespaciais ligadas aos sistemas agroalimentares em uma metrópole indicam diferentes conexões rural-urbano na metrópole, favorecendo abordagens não dicotômicas entre a agricultura e o urbano. A determinação de conformações socioespaciais, que se determinadas “do rural” e “do urbano”, simplificam a complexidade das relações sociais e das dinâmicas próprias das experiências.

Ao longo do processo de planejamento da RMBH foram produzidas leituras técnicas e comunitárias das dinâmicas territoriais, sistematizadas em estudos setoriais integrados. Dentre eles, merece destaque o conjunto de análises e propostas para promoção dos espaços agrícolas na RMBH - sejam eles em meio urbano ou rural - abordados a partir de uma perspectiva de Segurança Alimentar e Nutricional e em conexão com outros campos temáticos. Um dos resultados é a proposta de Política Metropolitana Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional (PMISAN), que busca apoiar as atividades rurais e de abastecimento, promover a qualidade de vida no meio rural e fomentar práticas de agricultura urbana na RMBH. As proposições sobre agricultura também tiveram importante articulação com a questão ambiental, sendo associada a usos agroecológicos possíveis de serem incentivados em áreas de interesse ambiental. Essa perspectiva altera a visão em torno da agricultura como uso conflituoso com os recursos naturais, além de apresentar conexões importantes com a escala local. Assim, o planejamento incorpora áreas para o fortalecimento e a preservação do uso agrícola, e de promoção da transição agroecológica. Merece destaque também a proposta da Trama Verde e Azul (TVA), como estratégia de reestruturação territorial da RMBH, que tem como objetivo entre outros, assegurar a continuidade dos espaços naturais, rurais e urbanos (UFMG, 2014). Visa ainda minimizar conflitos gerados pela dispersão da expansão urbana, proteger áreas de produção agrícola, os complexos ambientais culturais de interesse metropolitano e das Unidades de Conservação. No conjunto de zoneamentos que compõem a TVA nos municípios, foram propostas Zonas de Diretrizes Especiais – Trama Verde e Azul – Agroecologia (ZDE AGROECO), que buscam conectar políticas intersetoriais de segurança alimentar e nutricional. Nestas reflexões, três dimensões se destacam: i) conexões no campo da institucionalidade, ii) linhas imaginárias e as complexidades territoriais, e iii) produção de conhecimento.

No que se refere às conexões institucionais, há pouca articulação na estrutura de gestão dos municípios, do estado de Minas Gerais e do governo federal entre os setores que lidam com as temáticas ditas urbanas e rurais, particularmente no que toca à atividade agropecuária. A dicotomia e pouca integração das pautas rural e urbana são observadas também na ação de organizações e movimentos sociais, agravada pela fragilidade da participação popular no planejamento, que dificulta a



construção da pauta da agricultura e da agroecologia. Por outro lado, a existência de articulação entre iniciativas de fortalecimento da agroecologia, da agricultura urbana e da agricultura familiar por organizações e movimentos sociais, setores governamentais e grupos de pesquisa, há mais de vinte anos possibilitou maior visibilidade dessas temáticas na agenda do planejamento. São exemplos de redes consolidadas a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana da RMBH - AMAU e a Rede Urbana de Agroecologia da RMBH - R.U.A. Metropolitana, além de organizações com a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas - REDE, Associação AMANU - Educação, Ecologia e Solidariedade e o Grupo AUÊ/UFMG, bem como a EMATER-MG e a Prefeitura de Belo Horizonte - PBH.

No que toca as linhas imaginárias e as complexidades territoriais, é importante destacar que processo de planejamento da RMBH tem apontado caminhos de superação de diversas dicotomias (sejam elas entre urbano e rural, urbano e ambiental, ambiental e agrícola). Entretanto, ainda prevalecem algumas definições rígidas que simplificam as leituras da realidade dos municípios da RMBH e não abrangem a complexidade dos territórios, dificultando a construção de ações integradas políticas, sociais, econômicas, ambientais, da legislação, etc. Como exemplo, a definição de rural e urbano por meio das linhas imaginárias de perímetros urbanos, alimentam a dinâmica imobiliária capitalista e, ao mesmo tempo, interferem no acesso das/os agricultoras/es a políticas públicas agrárias e à infraestrutura e serviços ditos urbanos (esgotamento sanitário, abastecimento de água, dentre outros). Ao longo do processo também foi importante incorporar no planejamento as práticas de agricultura localizadas na cidade. A agroecologia na Trama Verde Azul compreendeu tanto as práticas agrícolas em espaços intra-urbanos ou rurais. Com a articulação da agricultura à outras temáticas - como patrimônio, mobilidade e áreas de interesse ambiental, a TVA visibiliza conexões possíveis para se construir ações que contribuem para o bem viver na RMBH.

Por fim, destaca-se a produção de conhecimento que se construiu neste processo. São claras as lacunas na produção e acesso a dados e informações sobre a atividade agropecuária em municípios metropolitanos, pois as prefeituras têm pouca estrutura para sistematizar dados sobre a atividade agropecuária e as fontes de dados secundários, como IBGE, INCRA e outros, não explicitam informações importantes - como o modelo de produção, apresentam temporalidades distintas ou estão desatualizadas. Assim foram realizados levantamentos complementares relevantes sobre atividade agropecuária nos municípios (parceria com a EMATER-MG), apesar de diversas limitações. Esse acúmulo de experiência tem estimulado grupos de pesquisa, organizações populares e setores públicos a construir, de forma articulada, uma iniciativa permanente de produção de conhecimento e divulgação sobre a agroecologia, a agricultura urbana e a agricultura familiar na RMBH.

